

ENTREVISTA COM CRIMÉIA ALICE SCHMIDT DE ALMEIDA

Militante do Movimento Estudantil em 1968.

Criméia Alice Schmidt de Almeida desenvolveu sua militância política desde antes de 1964. Em 1968 era presidente do diretório estudantil do curso de enfermagem da Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro. Por estudar numa faculdade exclusivamente feminina e muito tradicional, sua atuação política teve que ser pautada pela discrição e criatividade, utilizando-se, com frequência, de artifícios para poder desenvolver seu trabalho de base. Presa no Congresso de Ibiúna, após o AI-5 entrou para a clandestinidade e foi para a região do Araguaia, onde, posteriormente, veio a se desenvolver a guerrilha. Foi novamente presa em São Paulo em 1972 e torturada, quando estava grávida de sete meses.

Em 2005 Criméia, juntamente com sua irmã, seu cunhado, seu filho e dois sobrinhos ingressou com uma ação civil declaratória na Justiça, exigindo que o coronel reformado Brilhante Ustra, na época de sua prisão chefe do DOI-CODI de São Paulo, fosse reconhecido como responsável pelas torturas cometidas contra a família. Em outubro de 2008 o juiz Santini Teodoro deu ganho de causa a Criméia, Amelinha e César Teles, numa ação inédita. Este tipo de ação não tem consequência criminal, não reivindica punição nem indenização, mas registra, para a história, a ocorrência desse tipo de crime, considerado como de lesa-humanidade e imprescritível. O coronel Ustra foi o primeiro agente do Estado ditatorial oficialmente reconhecido como torturador.

Nessa entrevista, Criméia de Almeida fala de sua atuação em 1968, chamando a atenção para aspectos pouco abordados, vividos no cotidiano, como as dificuldades relacionadas ao fato de ser mulher de esquerda na militância concreta, ao trabalho de agitação levado por estudantes no meio popular, a dificuldades do dia-a-dia vivenciadas, posteriormente, já na região do Araguaia.

Esta entrevista foi concedida à professora Socorro Abreu, em 24 de agosto de 2008, e transcrita por Daniely Fernandes Marinho.

SA: Inicialmente eu gostaria que você falasse da sua experiência em 1968, o que significou 1968 para você, para a juventude daquela época que lutava contra a ditadura, que questionava a sociedade de então, os valores, os costumes, você como mulher naquele período, que ainda era muito marcado por uma visão e coisas desse tipo. Então eu gostaria que você falasse fundamentalmente da experiência desse ano, do que você sentiu como estudante, dos movimentos de esquerda aqui no Brasil. Mas antes de começar seria bom que você se situasse um pouco, quer dizer, onde você nasceu, em que tipo de família, como é que começou a participar da política, quando é que você saiu de onde morava, que você situasse, enfim, um pouco esse período para chegar no 68 em seguida.

CRIMÉIA: Eu sou de São Paulo, de Santos, minha família é meio a meio, mineira e paulista, e eu vivi em Minas a minha adolescência e boa parte da minha infância. Eu estudava, fazia parte do movimento secundarista lá em Minas, quando veio o Golpe de 64. Com o Golpe eu fui incluída naquele IPM, que era Inquérito Policial Militar, eu logo em 64 comecei a ser chamada, as pessoas eram chamadas pelo jornal para depor. Meu pai foi preso, meu pai tinha militância política.

SA: Seu pai era o quê?

CRIMÉIA: Meu pai era sindicalista, ele não era organizado, mas ele era político, então ele fazia muito discurso, é, contra os militares, ele defendia aquelas programas daquela época, um pouco anterior, tipo as campanhas O Petróleo é Nosso.

SA: Ele era de que categoria?

CRIMÉIA: Meu pai, ele trabalhou nas docas de Santos, ele foi da estiva muitos anos, onde tinha uma organização, a militância era grande, faziam greves etc, e depois ele se tornou funcionário público na Rede Ferroviária Federal. Então em 64 eu respondi IPM. Na época eu era menor, mas mesmo assim respondi IPM, e eu só estou levantando esta questão porque depois eu fui excluída do processo, por esse motivo, por ser menor à época do delito, aí quando foi em 66 o processo foi a julgamento lá em Juiz de Fora. Então minha família saiu de Belo Horizonte, porque todo mundo estava respondendo processo, era eu, meu pai, minha irmã, só não respondia minha mãe, e o meu cunhado César. Como não tinham o nome completo dele, então chamaram ele com o nome errado, mas é óbvio que eles estavam no cerco, então nos desligamos de Belo Horizonte, a gente foi para o Rio, vivia uma vida assim, num primeiro momento, meio clandestina, sabe? Não era de clandestinidade, porque a gente era a gente mesmo, mas...

SA: Estava um pouco retraída...

CRIMÉIA: É, e eu não dizia o meu nome, eu dizia um apelido, eu dava este apelido porque o nome acabaria levando, é. Mas aí, como eu fui excluída do processo, etc., em 67 eu fiz vestibular no Rio, voltei pra estudar, em 68 eu era estudante universitária no Rio de Janeiro.

SA: Você fazia que curso?

CRIMÉIA: O curso de Enfermagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Escola Ana Nery. Em 68 eu era presidente do Diretório Acadêmico da escola, aí eu participei daquelas manifestações, eu participei do congresso de Ibiúna, agora tinha algumas limitações, porque o seguinte, eu não era uma estudante que estava chegando no movimento, eu tinha um processo de 64, então é...eu tinha uma vida legal com as minhas coisas, mas eu não tinha uma vida aberta com o pessoal do movimento estudantil, eu tinha uma série de reservas que às vezes, muitas vezes o pessoal não entendia, me achava estranha.. E eu era mesmo. O meu pai foi processado, e vivia na clandestinidade, e eu sabia onde ele estava...Então, eu tinha uma série de cuidados. Aí

quando eu fui presa em Ibiúna as coisas ficaram muito difíceis porque assim...uma das minhas moradias ficava no alojamento da escola e era uma vigilância...Às vezes a gente chamava de “quartel”, e com a prisão de Ibiúna a vigilância daquele quartel piorou, então eu comecei a morar em vários pontos, entende, cada dia numa casa, e eu fui presa em outubro. Em dezembro veio o AI-5, aí veio a clandestinidade mesmo, eu parei de estudar.

Agora, o 68, ele trouxe uma série de coisas que vinham sendo debatidas e que a ditadura inclusive prejudicou o debate. Essa questão do feminismo, já vinha sendo debatida no mundo; algumas questões da liberdade sexual, os contraceptivos, que no Brasil eu acho que ficaram muito enterradas por causa do regime ditatorial que a gente vivia desde 64. Para o movimento estudantil era comum falar de liberdade, de igualdade...fora da realidade né? Então eu me lembro que no partido...

SA: Qual era o partido?

CRIMÉIA: No Partido Comunista do Brasil, eu era do Partido Comunista do Brasil. Então meus companheiros de militância diziam o seguinte, “olha, a gente vai fazer uma pichação, e a gente vai se encontrar duas horas da manhã na Avenida Brasil certo?”, um lugar deserto, e eu dizia “poxa, não dá.” “Como? Eles retrucavam: Mulheres e homens são iguais, você está muito retrógrada”, e eu, “não é que eu seja, mas a sociedade é, não dá pra eu chegar duas horas da manhã na Avenida Brasil, encontrar com algum companheiro meia noite na Praça Mauá, que é uma região de meretrício, certo? Não dá infelizmente, não dá”; e isso era uma briga porque eles achavam o seguinte: como eu era a única mulher que atuava junto com eles, era eu que era a atrasada, o mundo era maravilhoso, eu era preconceituosa, e eu dizia “não meu filho, sou eu que vou ficar às duas horas da manhã na Avenida Brasil parada esperando vocês chegarem, sou eu, não são vocês. Se você ficar ninguém vai notar que você está”. E isso pesava muito, porque sempre a culpa era...Eu acho que isso persistiu até hoje, então é muito comum a gente dizer: a culpa é da mulher, a mulher que tem que se impor, e se esquece que tem uma sociedade inteira massacrando, e naquela época o massacre era um massacre da sociedade como um todo que discriminava, e era um massacre policial, você estar duas horas da manhã no tempo

da ditadura na rua não era fácil pra ninguém, mas era aceitável para os homens, então tinha muita coisa que na época eu acho assim...

SA: Mas vocês, como é que vocês resolviam isso? Montavam algum esquema alternativo?

CRIMÉIA: Bem eu não ia, eu disse “olhe, se é nessas condições eu não vou”, e aí você teria que fazer tarefas; (consideravam que) não tem princípio ideológico porque é burguês, tem um monte de coisa, eu dizia, “minha tarefa eu não faço”. Eu aprendi no próprio partido a preservar a segurança, e eu duas horas da manhã na Avenida Brasil não é seguro, eu não vou, ou vocês me levam lá pra casa de vocês”, porque eles tinham casa, eu não tinha né? Eu não tinha casa, e nem ia levar pra casa do meu pai que era clandestino. “Vocês me levam pra casa de vocês, porque eu não vou”, e às vezes acontecia isso, às vezes não, era problemático não é? Era problemático. Mas eu acho que mesmo assim, eu acho que a gente em 68 conseguiu mais no movimento estudantil. Porque foi chegar para o movimento social essas conquistas, só mesmo depois do fim da ditadura, porque a mulher foi conseguindo um pouquinho mais de liberdade. É claro que a pílula entrou nos anos 70, mas a mulher continuou muito oprimida, muito...

SA: Eu acho que os Congressos de Mulheres na década de 70 começaram a tornar públicas essas questões.

CRIMÉIA: Então, já próximo da lei de Anistia, quando a ditadura estava sendo questionada, foi questionada a ditadura contra as mulheres também. Então tem a ver com o momento político, e é claro, eu acho que tudo isso que aconteceu nos anos 50 e 60, foi formando um caldo de cultura. É que, nesse aspecto, a ditadura impediu o avanço de todos em todos os aspectos, não foi só a questão política de organização não, em tudo, até na mentalidade das pessoas ela barrou.

SA: Você disse que estudou, que, em 1968, você estava na Faculdade Ana Nery do Rio de Janeiro. Na profissão de enfermagem, uma das características é de ser predominantemente feminina, então como é que você estava numa faculdade feminina, uma faculdade que eu acredito que o vestibular não era muito fácil, então eu acredito que não tivesse

um grande número de pessoas vindas do meio popular, como é que você fazia para desenvolver o movimento estudantil, para discutir, para debater. Então, eu queria que você falasse um pouco do seu trabalho político lá.

CRIMÉIA: Olha, além de todas as dificuldades que você colocou, a gente tinha uma dificuldade a mais que era a questão de viver no alojamento que era uma espécie de internato da faculdade. Porque era uma escola que tinha alunos do Brasil inteiro, então ela tinha um sistema de internato para alunas, porque não tinha alunos. A gente chamava aquilo um pouco de colégio de freiras e de quartel, então era muito difícil o debate. Quando eu me candidatei ao Diretório Acadêmico, não existia praticamente ninguém, assumia o diretório e desistia, mas estava muito largado. Eu resolvi colocar algumas coisas, começando pela cantina, que não funcionava, tinha um espaço, tinha uma cantina, tinha máquina de café, porque tinha o refeitório da escola, mas se a gente pedisse para estudar até mais tarde, a biblioteca fechava, o refeitório fechava, não tinha café, então a gente transformou aquele espaço num espaço em que as pessoas podiam passar a noite, ficar o tempo que quisessem estudando, tomando café, e era um esquema meio assim, quem queria tomar café ia lá e fazia, ia na garrafa e tomava, o que a gente garantia com o dinheirinho que a gente tinha pra recrear era comprar o pó e o açúcar, permitia que as pessoas ficassem até mais tarde e nesse ficar até mais tarde é que a gente discutia política, porque a vigilância dormia; então aquilo se transformou num lugar de encontro para a gente tomar um café e estudar pra uma prova, e tal, passou também a ser um local de debate. Era muito difícil discutir as coisas, porque você imagina, era discutido nas madrugadas, num espaçozinho do diretório, que era antes como uma cantina, botavam um balcão com aqueles armarinhos pras bugigangas pra vender, de vidro, e foi aquilo que a gente transformou num espaço político, mas mantendo a característica de ser um café, talvez porque eu goste de café.

Aí era difícil de discutir, então eu bolei um curso de oratória. O curso de oratória era assim: a gente tinha aula duas vezes por semana, era um estudante da Faculdade de Direito, mas era um cara que tinha posições políticas, e o esquema do curso de oratória era fazer com que as

peças falassem em público, falassem para os outros, e eram escolhidos os temas da atualidade, duas alunas, uma era a favor, outra era contra, aleatoriamente. Os temas eram todos os temas, inclusive política, mas a política entrava como sendo assim um tema de jornal, das manchetes de jornal, então ia desde a violência das notícias policiais, até ações do movimento estudantil, teve passeata, teve não sei quê, todas aquelas notícias de jornal tinha contra e a favor. E isso permitiu muito debate do movimento estudantil porque era notícia de jornal. Aliás, a escolha das notícias de jornal foi muito por isso porque, aparentemente, você era neutro para a vigilância e estava discutindo os temas que a gente queria discutir. E quando chegou na escolha dos delegados (para congressos), a direção da escola tinha como...“as alunas estão crescendo, outras estão aprendendo a falar em público, isso é bom”. Para a gente ampliar o espaço, porque era só aquele espaço da cantina, o espaço do curso de oratória era só no começo da noite, porque você não podia se estender muito. Porque assim, fechava tudo às 10 horas, então você não podia continuar o debate; aí eu resolvi solicitar o salão nobre e fazer um campeonato de xadrez, mas ninguém sabia jogar xadrez, eu jogava, mas elas não jogavam. Então comecei com um curso de xadrez. E era assim, estas atividades eram uma forma de manter um espaço aberto, as pessoas conversando, e por exemplo, quando estão dois jogando uma partida, você está aprofundando uma conversa. Era muito difícil naquele tempo, né? Porque pra conversar sem que alguém vigiasse, a gente tinha que ter um tabuleiro de xadrez na frente, tinha que ter um cursinho de oratória, sabe? Sempre tinha que ter uma coisinha.

SA: Precisava de outras atividades para poder conseguir...

CRIMÉIA: Pra conseguir ter uma conversa com as pessoas, então eu inventei esse campeonato de xadrez, que foi visto como uma coisa inteligente, mas na verdade o objetivo... o xadrez era secundário, tá certo? Mas todo mundo tinha um tabuleirinho, e estava ali discutindo com um tabuleirinho na frente. Era assim, você tinha que usar de artifícios, umas coisas assim muito, era tudo muito difícil, e isso é porque era no tempo mais fácil, foi antes do AI-5, porque depois do AI-5 eu nem experimentei fazer mais nada, eu saí da escola, porque aí as coisas ficaram realmente impraticáveis; foi quando a maioria dos

que eram do movimento estudantil foram para a clandestinidade, aí não dava mais.

SA: Você se posicionou que a questão do feminismo e essas idéias teriam caminhado mais se não fosse a ditadura, mas de qualquer modo você estudava numa escola feminina. As meninas, elas colocavam alguma questão? Você naquela época pode levar algum debate, alguma coisa sobre a questão da igualdade? Do direito de ter ou não ter filhos? Porque a enfermeira, ela é subalterna ao médico, digamos assim, em princípio, então existia alguma discussão? Ou mesmo problemas diários vividos que pegassem um gancho com a questão da mulher, alguma coisa assim?

CRIMÉIA: Era muito incipiente, mas elas pegavam. Eu me lembro que nesses debates, dessa oratória, um tema recorrente era o aborto. Porque nas aulas de ética, era sempre enfatizado “o aborto é crime. Se a enfermeira perceber que foi feito um aborto, um médico”. Nem imaginava uma enfermeira fazer um aborto. Então se um médico estivesse fazendo tinha que denunciar. Era um negócio meio policialesco. Então o aborto era um tema muito presente na vida profissional da gente. Talvez a escola enfatizasse tanto o tema como forma de embutir alguma repressão sexual, visto que a escola era feminina, só tinha alunas, muitas vindas de outros estados do país, então era, vamos dizer assim, aquele estilo de colégio de freiras “cuidar das mocinhas pra que elas não se percam”. Então o tema aborto era apresentado de forma, como um problema profissional, eu acho que ele era muito mais voltado para reprimir as alunas. Já que ele era um tema da sala de aula, nós também trouxemos o tema para o curso de oratória, lógico, é lógico, a gente discutia atualidades. E era interessante porque eu acho que a primeira discussão que eu fiz sobre o direito ao aborto foi no curso de oratória. Eu não era contra, eu não era a favor, já eu achava naquela época que era uma decisão das pessoas, eu não via a coisa como um crime, como um pecado, era uma decisão das pessoas, não era ainda um tema da nossa discussão de movimento feminista. Mas eu acho que a repressão da escola acabou como um debate, uma discussão que a gente fez muito. Contra e a favor, e como tem esse negócio que você tem que ser contra e tem que ser a favor, você expõe todas as idéias e ninguém

sabia a sua posição, porque você tinha que fazer a defesa e (ser) contra alguma coisa, que também era o objetivo da gente não queimar as pessoas, “quem quer ser a favor? Quem quer ser contra?” Não. E é claro, no dia que tive que ser contra o aborto, contra a militância no movimento estudantil, as passeatas, eu tinha uma defesa tacanha, não tinha como defender aquilo e quando tinha que ser a favor eu era mais veemente, minha oratória era melhor. Se chegasse alguém e dissesse “mas você está defendendo a participação dos estudantes?” E eu “não, era a tarefa de fazer a defesa”. A gente sempre tinha esse álibi. Eu acho que é sempre difícil um pouco às vezes pra você talvez se defender, mas pros outros é muito difícil, porque tem que sentir as coisas desse jeito, é um negócio do outro mundo, eu acho.

SA: Essa era uma característica mais específica da sua faculdade, porque existiam outras, pelo menos as faculdades públicas, onde a discussão corria mais solta.

CRIMÉIA: Mais solta, é, a minha era uma coisa de internato.

SA: Era uma coisa mais específica. Agora em 68 a juventude em geral, aí eu não faria uma pergunta mais só da sua faculdade, ela também era uma vivência sua, mas eu via muita disputa assim, o pessoal da MPB e o pessoal do “iê-iê-iê”, por exemplo, os Beatles, afinal de contas era uma boa música ou era uma música alienada? Eu nem diria só 68, mas aquele período 66, 67, tinha os festivais, mas também tinha o Roberto Carlos, como é que você sentia isso no movimento estudantil? Como é que a esquerda viveu isso no movimento estudantil?

CRIMÉIA: Isso existia. Tinha um muro, né? “Ou tá desse lado, ou tá desse”. Uma música que a esquerda considera alienada não pode ser uma boa música, não pode ter uma qualidade porque é uma coisa que aliena. Era bem sectário, bem extremo. Por exemplo, o festival de música, tinha os festivais da Record, e a gente participava politicamente dos festivais, a gente não ia escolher música, a gente ia ter uma participação política. A gente se posicionava mais pela música autoritária. Era bem sectário, polarizado mesmo. Eu me lembro um festival de, acho que é 68, que teve o “Sabiá” e Vandrê “Caminhando”, e é claro que eu torcia pelo Vandrê. Como seria fazer esse agito? Então eu me lembro

que a gente imprimiu uma música do Vandr , uns panfletinhos, menor que um quadradinho de pão de forma. E aí a gente p s aquilo como se fosse, tinha pão de forma de um lado, do outro, panfletinho no meio, e tinha umas folhinhas de alface, e a gente entrava pra vender sanduíche, e aí a gente abria aquele pão. Era como se fosse sanduíche de pão de forma, tinha umas alfacezinhas. Eu fico pensando, a gente tinha que ser muito criativo. E aí a gente p s a música do Vandr , panfleteou, etc. Depois a polícia desconfiou que o sanduíche era panfleto, começou a prender os sanduíches, quando eles averiguavam os sanduíches a gente se mandava. Mas entrou dentro do sanduíche. Pão de forma. O miolinho era panfleto. E a gente era contra o “Sabiá”, tinha que ganhar o “Caminhando”. Essa discussão existia, tinha essa característica de ser polarizada, talvez isso tenha distanciado um pouco, talvez os estudantes dos artistas, acabou distanciando, porque quem estava fazendo política não estava discutindo o conteúdo da arte, a qualidade da arte, era a qualidade do panfleto.

SA: Talvez inclusive, se distanciando de alguns estudantes também, porque talvez alguma parcela deles valorizasse mais a questão da arte.

CRIMÉIA: Sim, mas eu estou falando dos artistas, porque coloco os estudantes em nível de igualdade, mas os artistas como pessoas de renome, que podiam estar ali fazendo isso, se distanciaram. Tinha essa visão panfletária da arte.

SA: Na passeata dos Cem mil, como   que foi a participa o? Porque um momento desse foi crucial. No caso da sua faculdade, que era de meninas, elas participaram?

CRIMÉIA: Algumas. Porque a passeata dos Cem mil, ela sensibilizou realmente a popula o, independente de você ganhar politicamente as pessoas.   um evento. Cem mil na rua é um evento, as pessoas querem ver, porque nunca viram isso, porque é muita gente, em quê que vai dar? Mesmo sabendo que existia repressão. Então na minha escola tinha muita menina reacionária por princípio, tinha esse pessoal com outra concep o de que, bem elitista da coisa, tinha. Na passeata encontra poucos, porque Cem mil não é de estudantes. As pessoas não estudavam. Era uma passeata que você via pessoal com marmita, indo,

voltando, passava ali, não podia ficar mas passava ali. Atraía a atenção. Depois, o movimento estudantil no Rio naquela época, ele passou a ser uma coisa da cidade. Porque a gente estava na passeata dos Cem mil, na passeata dos Cinquenta mil. Mas coisinhas pequenas, tinha todos os dias.

SA: Você está falando “coisinhas pequenas tinha todo dia”, porque o Rio de Janeiro tinha sido a capital, tinha uma discussão acumulada, muito debate político, tinha muita tradição de organização e de luta. Teve um movimento de mulheres forte nos anos 50, o movimento operário já estava presente no início do século. Como você percebia a presença de outros setores que não o estudantil nessa época?

CRIMÉIA: Olha, eu não era da cidade e não tinha um vínculo anterior com o pessoal de outras categorias, mas existia contato, por exemplo, através do movimento estudantil. Eu fui fazer algumas panfletagens na favela da Rocinha para explicar o que era o AI-5, e era muito interessante a organização da favela. Eu fui com o movimento, não é que eu tivesse um vínculo com o pessoal da favela. Eu fui duas vezes fazer panfletagem, em dezembro, depois do dia 13, porque no começo de janeiro eu fui para o Araguaia. Era o seguinte: a gente chegava lá, tinha uma espécie de senha no pé do morro, você falava qualquer coisa, não era eu quem fazia isso, tinha outros. E aí apareciam uns que te levavam para uns becos, eu me lembro que nas duas vezes que a gente foi, eram umas cinco pessoas e cada uma pegou um beco, não eram os cinco juntos. E eu no começo fiquei assim meio assustada. E o cara “tranqüilo, porque tem que ser rápido, cada um sabe”. E aí você ia falando de casa em casa pelas janelas “olha, o AI-5 foi isso, isso, vamos juntar o pessoal aqui, a gente explica o que é o AI-5”. E nisso chega um aviso que a polícia, na segunda vez que eu fui a polícia tinha cercado as saídas, aí eu fiquei apavorada, o que é que a gente faz? Eu sozinha, porque cada um já tinha ido, não vi mais essa gente, nesse dia que teve o cerco não vi mais nenhum. Tinha uma velhinha que estava me levando “primeiro eu vou explicar tudo direitinho, porque eles não sobem aqui com facilidade”, e eu pensando “eu vou sair e cair nas mãos deles, ela muito tranqüila aqui, mas eu não estou”... Aí expliquei sobre o AI-5, tal, o pessoal ficou satisfeito, aí a velhinha me levou pelos becos, vai

andando, chegou assim na última casinha, bem no topo do morro, aí ela: “agora tá vendo aquela árvore logo ali adiante? Você vai pra lá, você vai achar uma trilha. Você desce e a trilha vai dar numa estrada, você fica lá e vai achar um táxi.” E aí eu disse, “mas eu não tenho dinheiro para pagar um táxi”, “nem ele vai te cobrar”, ela respondeu. Então eu descí, a hora que eu cheguei lá embaixo, parece até, e não tinha celular naquele tempo, hein? Os avisos eram por meio de pipa, eram sei lá o que, não tinha celular. Cheguei na estrada, passou o táxi, e o cara olhou pra mim assim: “tá esperando o táxi, né?” “é, mas eu estou sem dinheiro”, “tem problema não, eu levo a senhora”. E quando eu me dei conta eu estava lá do outro lado da cidade, eu tinha atravessado o morro da Rocinha, realmente eu me perdi ali.

Então esse tipo de organização tinha muito, agora eu não tinha domínio disso, mas essa da Rocinha me impressionou. Hoje o pessoal fala das dificuldades do narcotráfico. Realmente eles têm ginga, têm seus caminhos. Esses pequenos movimentos que a gente fazia na favela, explicar o que é que era o quê. Como tinha também pequenas manifestações de rua, que a gente sempre iniciava determinada coisa, e era rápido. Pegava um caixotinho, subia, fazia um discurso. E se programava, era de uma faculdade, de uma tendência, fazia aquele discurso e acabou.

Eu estava falando do AI-5, dia 13, o AI-5 foi na sexta-feira 13. A gente resolveu fazer um ato em cima contra o AI-5, uma grande manifestação contra porque esse ato foi um horror. Caiu tudo o que ainda restava de defesa jurídica. Aí a gente fez uma passeata, uma manifestação na praia. Nem todo o movimento estudantil concordou em fazer, quem fez foi só o pessoal do PC do B e da AP e levava as faixas dentro das esteirinhas de praia, uma faixinha dentro. Naquela época spray era muito caro, a gente não pichava com spray não, a gente pichava com bastão de cera. Spray também fazia um barulhinho muito inconveniente. Então nós inventamos aquele bastão gigante, era grosso assim, e como eu fazia estágio no hospital, eu arranjei a forma ideal para o lápis de cera, que era um tubo vazio de soro; então com aquilo ali a gente fazia o lápis de cera. A gente misturava parafina com pó de tinta de sapateiro, a gente derretia a parafina e ainda aquele pó e aí fazia aquele bastão preto. Imagine um lápis de cera grosso, punha

naqueles tubos, depois cortava. E como conseguia a parafina? Pra não comprar, porque dinheiro a gente não tinha, nós resolvemos roubar no cemitério, daquele monte de velas derretidas. E pra fazer isso tinha que ser de noite. E eu me lembro que foi muito engraçado. Eu disse “é melhor a gente roubar nos cemitérios mais periféricos”, aí eu fui roubar com um rapaz, pegar parafina velha lá em Nova Iguaçu. Dizia ele: “por favor, qualquer coisa menos entrar à noite no cemitério”, e eu falava: “não entra, você fica fazendo a segurança na porta, me ajuda a pular o muro, eu pulo, encho a sacola de vela e venho”. Porque no cemitério é muito bom, tem um lugar assim, bem protegido, em que eles acendem as velas, então é só ir lá e raspar de montão. E umas até coloridas, às vezes a gente separava. Então a gente pegava esse bastão, não fazia barulho. E tinha a vantagem que, essa cera que a gente misturava com sebo de boi, parafina e sebo de boi derretido, tirava a pelanca do sebo, aí punha a tinta, misturava e ficava nos tubinhos. Aí impregna na parede, bate o sol, fica quente, aquela tinta vai entrando, o cara pinta por cima, mas a tinta volta de novo por causa daquele sebo. Era muito bom fazer pichação com aquilo.

Mas voltando à manifestação, nós levamos também os bastões de cera para escrever, mas onde? Aí nós perdemos os nossos bastões porque ficamos segurando eles. Aí a gente marcou às 10 horas, nós íamos abrir todas as faixas, a gente estava de dois em dois e de distância em distância, pras faixas. Então a orla ficou todinha “Abaixo a ditadura” e “Abaixo o AI-5”, e eu nem me lembro mais o que tinha nas faixas, era uma faixa bem fininha. Daí a pouco chega a repressão. E foi muito engraçado porque eles chegaram de coturno, bota, aqueles escudos que eles tinham para enfrentar a marcha. E não tinha ninguém porque a gente estava de biquíni. Foi muito engraçada essa manifestação, mas não teve nenhuma repercussão, assim, para as pessoas que viram, e com a censura na imprensa, é um daqueles fatos que não houve, porque em nenhum jornal foi publicado.

SA: São essas coisas que a gente só consegue retomar através de entrevista. Veja, as disputas dentro do movimento estudantil eram muito grandes na época. Como você percebia isso?

CRIMÉIA: Eu nem conseguia distinguir muito no movimento, às vezes você via que tinha propostas que você conhecia, determinado cara como PCB e estava divergindo de outro que você conhecia como PCB também. Uma das coisas assim que marcou muito a divergência naquela época foi a questão da invasão de Praga, porque a gente do PC do B era contra a invasão, o PCB defendia, então isso marcou. Tem que ter em conta que era época de clandestinidade, como eu não era do lugar, eu não conhecia e não era conhecida, então são alguns eventos que te fazem ver “olha, esse cara aqui está mais pra cá”, então são alguns eventos. A gente vivia na clandestinidade, eu conhecia a minha base, meia dúzia de pessoas e pronto. O resto eu supunha que era PCB com divergência, que era PCB, ou então era um cara como o Travassos, que é público, como...

SA: Vladimir Palmeira...

CRIMÉIA: É, Vladimir Palmeira. E mesmo assim a militância não é pública, mas você fica sabendo, isso aí sempre tem. Uma conversa... Mas assim, eu percebi o seguinte: a Primavera de Praga foi uma questão que marcou muito, polarizou, que como eu disse tudo era polarizado no movimento estudantil. O muro era do lado, cada muro do lado de lá e quem estivesse em cima do muro, a gente estava empurrando para cair para um dos lados.

SA: A Primavera de Praga então dividiu. E os outros movimentos internacionais? No período tinha a Guerra do Vietnã, teve o Maio de 68, essas coisas...

CRIMÉIA: É o seguinte: o maio de 68 foi no mundo capitalista, todos explicavam o seguinte: os estudantes se rebelando contra o capitalismo. Isso aí para o PC do B, passando pela AP, por todas as dissidências era ponto pacífico. A guerra do Vietnã era um povo fazendo a revolução contra o imperialismo americano. É claro que, por exemplo, você discutia a guerra do Vietnã com o pessoal do PC do B e o do PCB, e você ficava sabendo “é preciso a luta armada, isso aí é luta armada, o povo presente”, isso era o PC do B, e o PCB dizia “não, não, mas é uma situação diferente, lá é uma situação de invasão, de soberania nacional”. Então tinha discussão, mas era um apoio, até porque mesmo o povo dos

Estados Unidos era contra aquela guerra. As diferenças eram mais no campo político-ideológico, era mais sofisticado. E elas não iam para o movimento estudantil. Quando você levantava a bandeira do Vietnã e a essa altura o Guevara já tinha morrido, mas era também uma figura, isso aí tinha unanimidade.

SA: Criticou-se muito o Congresso dos estudantes ter sido realizado em Ibiúna, que era um local de fácil acesso para a repressão, ou coisas desse tipo. Como é que era fazer política estudantil mesmo com as limitações que você pessoalmente enfrentava, você respondia por uma entidade estudantil, como é que funcionava?

CRIMÉIA: Olha, quando eu fui para Ibiúna eu sabia que ia ser presa: fazer um congresso, mil pessoas em São Paulo, numa cidade do interior, não seria escondido da polícia. Só que naquela época, em 68, você sendo preso num movimento de massa você tinha algum respaldo da sociedade, dos juristas que permitiam a sobrevivência, sobreviver sem traumas maiores, porque trauma tem. Depois do AI-5, eu acho que aí se fechou totalmente qualquer diálogo com a sociedade, porque aí já não era prisão, era seqüestro você fica preso por um tempo indeterminado, poderia nunca ser apresentado ao juiz, morrer, desaparecer, que é o caso que nós temos dos nossos mortos e desaparecidos. Então até 68 com todas as dificuldades era possível fazer um diálogo, e eu acho que o congresso de Ibiúna foi uma tentativa, eu acho que teve muito prejuízo, mas foi uma tentativa de mostrar ao governo que “nós temos força, nós temos um movimento coeso, com todas as divisões que nós temos, mas nós somos coesos para realizar um congresso e vamos enfrentar”. E o governo respondeu prendendo os mil, porque talvez a liderança não acreditasse que fossem ficar presos. Eu acho que o grande prejuízo que deu em Ibiúna, é que o mapa de Ibiúna, das prisões de Ibiúna dali pra frente foi o mapa da subversão, o álbum de fotos da subversão. Então todos os que foram presos em Ibiúna eram procurados em qualquer ação, primeira coisa que eles iam era naquele álbum, então isso atualizou em muito a repressão; nesse aspecto eu acho que foi um grande prejuízo. E uma avaliação é, meio equivocada da liderança estudantil, que achava que podia competir com força, mostrar que “faço um congresso de mil pessoas e isso inibe os golpistas” E por outro lado, por exemplo, eu, como

estava dizendo eu tinha certeza que ia ser presa, minha organização tinha certeza que as pessoas iam ser presas no congresso.

SA: A sua organização foi contra fazer esse congresso em Ibiúna.

CRIMÉIA: Pois é, mas por outro lado o seguinte, você não pode deixar acontecer sem estar presente, não sei se não pode. Sabe, eu acho que também avaliou que a ditadura, não avaliou tão bem a ditadura. Mas enfim a gente, certas coisas a gente só conhece vivendo, errar, erra mesmo.

SA: A partir daí você, que já tinha uma vida semi-clandestina foi para o Araguaia, a partir daí a maioria dos estudantes e mesmo outras pessoas que participavam, elas tiveram que entrar na clandestinidade e optar por outras formas de luta, começando uma época que se pode chamar de período da luta armada. Você foi para o Araguaia, mas essa questão da guerrilha, para o PC do B, não era decorrência da maioria das lideranças de oposição terem entrado na clandestinidade naquele momento, já era uma opção que vinha sendo proposta. Você poderia falar um pouquinho do Araguaia?

CRIMÉIA: Para a maioria das organizações de esquerda que participaram da luta armada, a luta armada era o caminho para combater a ditadura, e não seria possível combater a ditadura pelos meios convencionais de eleição porque os partidos (legais) estavam organizados de forma a apoiar a ditadura através de leis, porque se cassava, qualquer divergente se cassava, então como se fariam leis pra se combater a ditadura no Congresso? O Executivo nem pra lá, e o Judiciário, além de ter tido algumas cassações, ele foi muito conivente com a ditadura também. Então, as organizações que defendiam a luta armada, elas defendiam a luta armada antes do AI-5, elas colocavam a questão da luta armada até antes de 64, colocando o seguinte: que as mudanças estruturais principais para dar um salto de qualidade na estrutura desse país não seriam pacificamente aceitas pelas classes dominantes, então era preciso preparar pra luta armada e aí não é com o Golpe nem com o AI-5, o AI-5 foi apenas um, vamos dizer, essa luta ainda democrática poderia durar mais tempo e até facilitar, porque eu acho mais fácil fazer uma reforma estrutural num regime democrático onde pode-se debater as

idéias, do que num negócio fechado com um panfletinho escondido, é muito difícil ganhar as pessoas para isso, mas a repressão viu que esse movimento de massa poderia colocar em xeque o governo da ditadura e fecharam mais. Mas eu não vejo como consequência, talvez tenha sim acelerado, tenha acirrado as contradições que já existiam, mas não é uma consequência. E os que não defenderam a luta armada, não fizeram a luta armada depois do AI-5; morreram, são mortos, desaparecidos, mas não participaram de luta armada. Então não tem, por causa disso aconteceu isso, e aí tem gente que diz que: se não tivessem sido tão radicais não teria acontecido o AI 5, se não tivesse acontecido ao AI-5, não teria acontecido o caos. Aconteceram nessa seqüência, mas não aconteceu porque um determinou o outro.

SA: Certo. E aí a ida pro Araguaia. Isso fazia parte de um processo pré-definido? Quer dizer, você estudava enfermagem, então como foi um pouco, do ponto de vista particular no seu caso, e mesmo o planejamento mais geral do Araguaia?

CRIMÉIA: Como eu tinha essa concepção de luta armada e era uma concepção baseada no maoísmo, de que o campo cerca a cidade, então para mim estava claro que eu ia para o campo, para a luta armada, e o quê que é preciso, né? Então, o que é que eu posso aprender pra me ajudar? Eu estava na cidade e estudava, e o quê que eu devia estudar? Eu estudava enfermagem, o que era útil. E era tudo assim, era pensado, era programado.

O partido tinha isso. Para eu ir para o campo foi uma experiência assim, eu não tinha experiência em campo, então era um outro mundo, e assim, sabe que às vezes você já passou numa fazenda lá nas Minas Gerais, mas não era assim. O campo era outro mundo, era dentro da selva amazônica, que é esse negócio assim, fantástico, a selva amazônica para mim era um negócio de outro mundo, eu estava lá dentro, e não tinha a organização da sociedade, lá não era como a organização em Minas ou São Paulo, que você tem as grandes fazendas, os latifundiários; lá na região você tinha os posseiros que entravam dentro das matas e se apossavam. As terras eram todas do Estado, e isso é interessante porque essas terras que pertenciam ao Estado, há 30 e poucos anos, 40 anos atrás, porque hoje são todas de particulares ou quase, nem os índios

mais têm terra e, no entanto, eram todas do Estado há 40 anos atrás. As pessoas eram posseiras, aí tinha uma coisa, que lá é região de castanha, então os castanhais eram dados em comodato para os ricos da região, esse comodato era por 99 anos renováveis por mais 99, passados de geração em geração. Na prática os castanhais tinham dono e isso era motivo de atrito porque os castanhais com seus donos, eles faziam o seguinte: como eram regiões que ninguém podia entrar, o comodato é deles, então não tinha roça, não tinha nada, só tinha castanha que Deus deu, né? Porque ninguém plantou. Se o cara não queria colher castanha, ele não tinha onde comprar, não tinha comida, não tinha lugar pros camponeses plantarem, não tinha um pé de mandioca, não tinha nada. Eles montavam os barracões. E esses barracões vendiam as coisas até dez vezes mais caro. Então o cara ganhava pelo comércio e perdia tudo no barracão, ele saía sem nada praticamente, e quando saía com alguma coisa, muitas vezes era morto. Então era uma situação de exploração muito grande, esse negócio dos castanhais. Esse negócio de barracão, era barracão pra colher castanha, era barracão garimpo, era barracão, sabe? Política do barracão, que hoje aparece aí quando o Ministério Público acha, parece um trabalho escravo. Lá já existia e nunca deixou de existir nesta região. E aí quando a gente foi para a região, tinha essas coisas todas estranhíssimas né?

E a gente era posseiro, então a gente montou um comerciazinho, um pequeno comércio. Muitos caras deixaram de comprar no barracão, vinham comprar, tá certo? Com o tempo a gente vai aprendendo o que eles usavam, então muita gente vinha comprar, então muito dono de castanhal, não o dono porque esse não se dignava a ir lá, porque era de Belém para Miami, os filhos estudavam em Miami, mas o capataz dele ia reclamar que a gente não podia vender para os caras. Era um submundo miserável, com toda a desgraça que eu conhecia do país, sobre a ditadura, e eu vivi aquelas manifestações de camponeses antes do Golpe, congresso de camponeses em Belo Horizonte, aquilo ali ainda conseguia ser pior. Era um outro Brasil extremamente miserável, não tinha nada. A professorinha da escola, ela mal sabia ler e escrever e era cega, então o que os alunos estavam escrevendo ela também tinha dificuldade de ver, entende? O serviço de saúde não tinha nenhum, o que tinha era benzedeira, não tinha um posto de saúde, nada; não tinha uma

Igreja, lá era tanto atraso que não tinha nem Igreja, que pelo menos toda cidade pequena do interior de Minas tem uma igrejazinha no alto, uma casinha, lá não, nada, então o padre era ambulante, cada dois, três anos ele passava num burrinho, fazendo o que ele chamava de desobriga, que era casar, batizar, sei lá, tudo aquilo. A tal da colonização e reforma agrária do INCRA, ela acabou, naquela região, dando as terras daquela região, dando as terras para os colaboradores do Exército na repressão à guerrilha, tanto que você vê ao longo daquelas estradas, moram os bate paus. Sem nenhuma preocupação, é óbvio, com a reforma agrária propriamente dita. E aquilo ali, o que é que nós temos hoje é uma região desmatada, transformada em pasto de grandes proprietários, quer dizer, é aquilo que eu estava dizendo no começo, quarenta anos atrás era tudo do Estado, como é que esses indivíduos se tornaram proprietários? E agora o governo compra esses pastos para fazer reforma agrária, para fazer, naquelas invasões do MST, o governo compra o que foi do governo há 40 anos atrás e eu não sei como isso virou de particular, só a ditadura que sabe explicar essas coisas. Então são grandes fazendas de capim, desmatadas, extremamente áridas, extremamente seco e com boi, muito boi. Então a gente passa na região, você vê a estrada tomada por boiada, muito boi que tem, mas tem esse tal boi pirata, já não sei bem o que é boi pirata, mas tem um tal de boi pirata, e assim caminhões de madeira, é proibido, apesar de ser desmatado, ainda tem madeira, né? Porque ali era uma região de selva fechada, e tem uma regrinha do IBAMA que é: a madeira morta pode ser cortada. Então se eles colocam fogo no pasto, aí em princípio mata a castanheira e pode cortar porque ela está morta; primeiro você mata, mas nem isso é respeitado. Você vê assim, eu acredito que eles cortam as castanheiras verdinhas e o IBAMA não vê, nada sabe, aquilo passa assim pela polícia, não vi nenhum caminhão sendo parado para conferir se a nota era falsa, era verdadeira, então passar ali é chocante. Toras mais largas que a altura da gente, é um negócio imenso, sabe, às vezes num caminhão imenso com uma única árvore, vai levando a árvore inteira, enfim, é um desmando completo naquela região.

SA: Então naquela época o que existiam eram as castanheiras e os trabalhadores colhiam as castanhas, é isso?

CRIMÉIA: Tinham duas formas de recolher castanhas, quando as castanheiras eram agrupadas de parte por lei, elas eram arrendadas, comodatos, do rico e quando elas eram espalhadas, que às vezes se andava quase um dia inteiro pra chegar de um pé a outro, essas não tinham interesse, porque ela está um pouco distante. Era destas castanheiras que a gente colhia castanha e o povo todo colhia castanhas, que acabavam vendendo pra esses caras que arrendavam; então se trabalhava muito mais ainda porque não tinha nem a garantia daquele barracão caríssimo, ou então as pessoas comiam porque às vezes não valia a pena vender porque era tanto esforço pra colher.

SA: Então lá no Araguaia vocês montaram um pequeno comércio. E que outras coisas vocês faziam?

CRIMÉIA: A gente tinha roça, a gente fez a roça.

SA: Vocês chegaram e se apossaram da terra? E foram ficando? Quer dizer, já tinham outras pessoas lá? Como é que foi isso?

CRIMÉIA: Em geral era o seguinte: quando chegava novo lá, perguntava aos moradores aonde tinha terra boa para a gente plantar, fazer a roça; como era tudo devoluto o cara só tomava o cuidado de indicar um lugar com uma certa distância da casa dele para que pudesse no ano seguinte derrubar mais um pedaço, sem chegar no quintal do outro. Era a única preocupação porque aquilo não tinha dono, então eram os camponeses que mostravam pra gente, “olha, aqui é um lugar bom, aqui tem água”, porque conhecer aquilo não se conhecia; “aqui você fica a uma distância razoável de mim, não vai me incomodar e tem água, a terra é boa,” eram esses os critérios.

SA: E aí você que tinha estudado, você não tinha se formado ainda em enfermagem, mas você já tinha estudado e você se aproveitou desse conhecimento e isso facilitou sua integração?

CRIMÉIA: Então, aí eu fiz lá na quitandinha que a gente tinha. Eu fiz uma farmácia. Foi aí que entrou o negócio dos remédios, e eu comecei a vender à população, então tinha muito acidente, mordida de cobra, queda, corte, tinham os pastos, malária, leishmaniose, e como tinha o João Castro que era médico, não era do meu destacamento, mas era

médico, ele dava assim, vamos dizer, os padrões para a gente seguir. Por exemplo, no caso da leishmaniose, que era uma doença que eu nunca tinha visto e nem malária eu nunca tinha visto, então como você se comportar, como fazer o diagnóstico, as regrinhas básicas. E o que é que era leishmaniose, tuberculose. Aí tinha casos em que a gente conhecia, mas que tinha vacina. Lá no sul. Era difteria, tudo isso tinha lá e tem vacina. E eram doenças graves. Mas por outro lado também tinha uma coisa, lá tinha uma coisa: o pessoal era muito sensível a antibiótico, que aqui é difícil, lá as doenças, as bactérias, não resistiam a uma dose. Mas tinha muita tuberculose. Lepra também, e é complicado conseguir remédio para lepra porque ele não é vendido, ele é fornecido. E como a gente conseguia a medicação para levar pra lá? A gente não tinha doenças, os companheiros aqui da cidade não tinham doenças, então nós nunca conseguimos, a gente sabia que tinha medicação, que o Estado dava a medicação, e a gente nunca conseguiu levar essa medicação para lá. Eu tentei junto com o padre, a Igreja pedia a medicação, dizia, tem gente com hanseníase. E a medicação é gratuita, lá ela não existe, mas nem o padre conseguia. Então assim eram as coisas, eram problemas, vamos dizer, (que) em alguns lugares de São Paulo, do Brasil, já estavam resolvidos e lá nem tinham começado do ponto de vista de saúde. Educação era muito ruim e o comércio, o que é que era, que ali era divisa, né? Pará e Goiás.

Então, o que é que a gente tinha? Uma coletora de impostos, uma mulher; ela tinha um barco e esse barco, tem frota de doze barcos dos “Três Poderes”, porque esse barco tinha uma bandeira nacional, e ela, a coletora de impostos. O delegado lá com seus soldados, é, eram basicamente eles. Então ela ia cobrando imposto. Todo mundo que ela pegava no rio, que estava indo para outro estado, tinha que pagar. Quer dizer, um lugarzinho daqueles sem nada, mas, então, ela ficava pegando as pessoas dentro do rio, os barquinhos com arroz, com não sei o quê. E como as pessoas não tinham dinheiro, essa moça era paga em espécie. Então os policiais já vinham no barco porque ali no barco já iam colocando o arroz, a farinha, e qualquer desavença já tinha a polícia ali para prender. E o esquema era o seguinte: o cara era amarrado num pau na beira do rio e quando voltavam de tudo, iam pegando os “filhos”. Em geral, eles deixavam os presos amarrados onde tinha gente para

dar água, dar comida, se quisesse dar, né? Era bem assim, se quisesse dar. Era um negócio horrível a forma como eram tratados, como eram tratadas as pessoas; e os camponeses falavam: “pois é, eu tinha vontade de ver como é que o meu porquinho entrou nos cofres públicos. Como é que ele entra nos cofres públicos?!” E puseram o nome do barco Os “Três Poderes”, o barquinho dos “Três Poderes”. Quando este barco vinha, porque na mata, silencioso vinha, o motor batendo, o pessoal via a bandeirinha, olha, o pessoal tinha pavor, porque se ele tinha três quartos de farinha na beira do rio, é claro que era para embarcar e ia lá para Goiás. Se ele saía correndo com aquilo porque a coletora ia ver, sabe, os sacos deles de farinha...Olha, era um negócio chocante, horroroso, e depois via aqueles pessoas presas, sabe, eram vizinhos, pessoas que você conhecia.

SA: E as pessoas eram levadas presas para a cidade e ficavam presas até pagar?

CRIMÉIA: É.

SA: Ou até a família providenciar o pagamento, alguma coisa assim.

CRIMÉIA: É. O que era mais chocante era a pessoa ser amarrada na mata para na volta pegar. Sabe, isso era assim, normal.

SA: E aí ninguém desamarrava, se desamarrasse?

CRIMÉIA: Ia responder lá pro delegado dos “Três Poderes”. Se vê que é um Brasil muito medieval, (embora) muito recente, é final do século XX. Mas parece um Brasil do século XVI, XVII.

SA: Então nessa região vocês pretendiam organizar a guerrilha. A região oferecia outras vantagens? Porque a população era pequena?

CRIMÉIA: Não era tão pequena. É muito dispersa. A região é muito grande, proporcionalmente, é pequena. Tem bastante gente. É uma região de mata, era uma região que garantia a sobrevivência e dificultava a locomoção. Eu acho, por exemplo, o começo do desmatamento lá se deu para reprimir. Uma necessidade deles, colocarem aqueles agentes laranja e depois viram uma atividade naquela madeira, o lucro extra. Mas eu acho que inicialmente o desmatamento se deu por isso.

SA: Que avaliação você faz hoje da Guerrilha do Araguaia?

CRIMÉIA: Olha, eu acho o seguinte: era uma proposta muito ousada, existia um governo militar com o exército brasileiro do porte que é. Por outro lado, a opção qual era? Me diz. Então você ousa, ousar vencer, se der, deu, porque a ditadura militar no Brasil ela não foi um fato isolado, ela foi uma política internacional para a América Latina e para outros países da Ásia e da África. Ela não é uma questão do governo brasileiro, ela foi imposta pelos Estados Unidos, participaram da tal da Guerra Fria, recolocar suas tropas, ela estava dentro destes conceitos. Às vezes as pessoas acham “ah, mas vocês eram muito malucos né? Querer enfrentar o exército brasileiro”. Só que, por exemplo, como isso era uma política internacional, no Vietnã um exército muito melhor que o brasileiro, que era o americano, estava perdendo, não era? A gente tinha o direito de sonhar também. Agora, que era uma coisa assim, muita pretensão, era. Não tenho a menor dúvida. Agora talvez se não tivessem os brasileiros com essa pretensão, talvez a gente tivesse hoje uma sociedade brasileira com a cabeça baixa. Aliás, com toda essa pretensão nós ainda estamos de cabeça baixa. Teve um encontro do clube militar, um militar, diz que é deputado, falou “meu irmão, eu não devia ter torturado só, devia ter matado todos”, e nada é feito contra eles, quer dizer, nós estamos de cabeça baixa. Imagina se não tivesse ousado! Agora que era pretensioso, era.

SA: No concreto de sua experiência, então você foi para lá e depois teve um problema de saúde, se você pudesse relatar.

CRIMÉIA: Problema de saúde eu tive mil, desde que eu cheguei lá. Malária, leishmaniose, eu fui tendo, eu e os outros, e a população também, era uma região muito doentia, muito úmida, era muito insalubre.

SA: Seu companheiro também estava lá, ele já estava?

CRIMÉIA: Não. Eu o conheci lá. Bem, então esta questão da doença era uma geral, o pessoal vivia doente, às vezes mais grave, às vezes menos grave, e também a gente foi aprendendo a tratar essas doenças lá mesmo. Foi depois que começou a Guerrilha do Araguaia que eu fiquei grávida. A guerrilha começou em abril, o exército atacou em abril de 72,

e eu vim para São Paulo no final de agosto de 1972, eu estava grávida, estava com malária, foi um problema porque não podia tratar malária, o remédio era abortivo. Nesse meio tempo eu fui presa, juntamente com minha irmã, meu cunhado e os dois filhos deles, meus sobrinhos, que eram crianças pequenas. Meu filho, Joca, nasceu na prisão. Na época, a tortura, os assassinatos e desaparecimentos de presos políticos eram coisas comuns. Parte dos guerrilheiros do Araguaia foi morta em combate, mas a maioria foi presa e assassinada depois. A ditadura negou a sua existência o quanto pode.

SA: E hoje, o que você faz?

CRIMÉIA: Participo da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Considero que o povo brasileiro tem direito de conhecer a sua história, por isso acho importante a campanha “Pelo direito à Memória e à Justiça”. E, juntamente com minha irmã, meu cunhado, meus sobrinhos e meu filho, entrei na Justiça com uma ação declaratória, que implica no reconhecimento e na declaração de que, com base no nosso caso, o coronel Brilhante Ustra foi torturador. Esta ação não implica em prisão ou qualquer tipo de indenização. O objetivo é levar a público o reconhecimento de que houve tortura no Brasil, e que os torturadores têm nome. Em outros países da América Latina os torturadores sentaram-se no banco dos réus. A tortura é um crime reconhecido internacionalmente como imprescritível. No Brasil, porém, parece que as coisas andam muito devagar, não há vontade política para tanto.